

Evento: XXVIII Seminário de Iniciação Científica  
ODS: 3 - Saúde e Bem-estar

## **O VIVIDO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM CONTEXTO RURAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ACADÊMICAS DE ENFERMAGEM<sup>1</sup>**

### **THE LIVING OF PEOPLE WITH DISABILITIES IN RURAL CONTEXT: AN EXPERIENCE REPORT OF NURSING ACADEMICS**

**Pollyana Stefanello Gandin<sup>2</sup>, Caroline Piovesan<sup>3</sup>, Marta Cocco da Costa<sup>4</sup>**

<sup>1</sup> Projeto de pesquisa “Determinantes Sociais de Saúde em Pessoas com Deficiência, Famílias e Rede de Apoio no Cenário Rural: múltiplas vulnerabilidades”, realizado no curso de Enfermagem da UFSM, campus Palmeira das Missões.

<sup>2</sup> Aluna do curso de graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), campus Palmeira das Missões, pollyanagandin@gmail.com

<sup>3</sup> Aluna do curso de graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), campus Palmeira das Missões, carol.piovesan@hotmail.com

<sup>4</sup> Enfermeira doutora em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), docente do curso de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), campus de Palmeira das Missões, marta.c.c@ufsm.br

## **INTRODUÇÃO**

Segundo o Art. 2º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, de 2015, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Em 2015 foi realizada a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), cujo levantamento de dados foi feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Ministério da Saúde. A pesquisa considerou as deficiências auditivas, visuais, físicas e intelectuais e concluiu que 6,2% da população brasileira tem algum tipo de deficiência, sendo a visual a mais representativa, que atinge 3,6% dos brasileiros. O sul é a região do país com maior proporção de pessoas com deficiência visual (5,4%). (VILLELA, 2015)

As pessoas com deficiência (PcDs) que residem em contexto rural apresentam, muitas vezes, inúmeras vulnerabilidades. Possuem menor número de oportunidades de educação e emprego, falta de transporte público acessível, dificuldades comunicacionais e no acesso a serviços básicos de saúde, ficando, por isso, em desvantagem acerca do restante da sociedade (URSINE et al., 2018).

Nessa direção, salienta-se que o cotidiano de vida das PcDs que vivem em cenário rural tem inúmeras restrições, porque lá, geralmente, o trabalho é braçal e demanda muito esforço físico. Também é necessário ficar atento à questão dos agrotóxicos, já que o uso destes é comum para o trabalhador rural. O manuseio incorreto destas substâncias pode acarretar em uma intoxicação e problemas sérios de saúde, sendo necessário estar extremamente capacitado para o uso de tais substâncias.

Também se evidenciam situações que envolvem a saúde mental, já que em muitas vezes as PcDs se tornam impedidas de fazer muitas coisas cotidianas para outras pessoas, que não têm deficiência, podendo, assim, sentirem-se um fardo a seus cuidadores e pessoas com quem convivem, apenas por necessitar de ajuda para algumas atividades (RUCKERT et al., 2018).

**Evento:** XXVIII Seminário de Iniciação Científica

**ODS:** 3 - Saúde e Bem-estar

Portanto, é necessária uma atenção especial a esta população por parte dos serviços de saúde, conhecendo as principais vulnerabilidades do dia a dia de uma PcD, a fim de dar visibilidade a esse grupo populacional e elaborar ações de cuidado que visem suas demandas e necessidades, considerando suas singularidades e o contexto em que vivem.

Frente aos elementos descritos, este trabalho tem o objetivo de relatar as experiências de acadêmicas de enfermagem vivenciadas no período de geração de dados de um projeto de pesquisa matricial.

**Palavras chave:** Atenção Primária à Saúde, enfermagem, saúde rural

**Keywords:** Primary Health Care, nursing, rural health

## METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de um relato de experiência produzido com base nas vivências de acadêmicas de enfermagem durante a geração de dados do projeto matricial intitulado: "Determinantes sociais de saúde em pessoas com deficiência, famílias e rede de apoio no cenário rural: múltiplas vulnerabilidades", desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva (NEPESC) da Universidade Federal de Santa Maria, no campus de Palmeira das Missões. A pesquisa foi realizada com PcDs que residem no cenário rural de 8 municípios da região norte/noroeste do estado do Rio Grande do Sul, pertencentes à 15ª e 19ª coordenadorias regionais de saúde.

Para gerar os dados da pesquisa, foram realizadas visitas domiciliares aos participantes, com o acompanhamento dos agentes comunitários de saúde (ACSs) da localidade. Aplicou-se um questionário, o qual era respondido pela própria PcD, quando possível, ou por seu principal cuidador. Em alguns casos não havia nenhum morador na residência no momento, sendo necessário voltar em outra ocasião para realizar a pesquisa. A geração dos dados ocorreu entre agosto de 2018 e julho de 2019.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de geração de dados constitui-se etapa importante no desenvolvimento da pesquisa, e quando esta se dá em contexto rural os desafios são ainda maiores. A começar pela dificuldade de acesso, já que muitos dos entrevistados residem distantes e afastados da cidade, sendo necessário percorrer vários quilômetros por estradas normalmente não pavimentadas e na maioria das vezes em más condições de tráfego, estreitas e esburacadas, se tornando ainda piores em dias chuvosos (GONCALVES et al., 2018).

Além disso, também se teve a dificuldade de encontrar os caminhos certos a se percorrer para chegar até as localidades sem o auxílio do ACS, sendo necessário pedir informações a estranhos. Em vários locais, não havia sinal telefônico, sendo impossível utilizar algum aplicativo de localização para orientar-se.

Foram vivenciadas muitas experiências, tais como: animais na pista, pontes interditadas, casas com difícil acesso, medo sentido nas localidades ainda mais isoladas, sem nenhuma movimentação constante.



**Evento:** XXVIII Seminário de Iniciação Científica

**ODS:** 3 - Saúde e Bem-estar

Ao chegar aos domicílios, a recepção por parte dos entrevistados se deu de diferentes formas. Alguns, que possuíam um vínculo melhor com o ACS, já haviam sido avisados previamente da visita e receberam abertamente os pesquisadores. Outros ficavam um pouco desconfiados, imaginando que os desconhecidos que ali estavam tinham algum propósito político ou governamental, mas após a apresentação e explicação da pesquisa ficavam mais tranquilos e abertos.

Para a PcD, o trabalho do ACS é imprescindível, pois este tem contato direto com a pessoa, sua família e sua residência, tendo maior facilidade para conhecer seu dia a dia, seus costumes, enxergando sua realidade de perto e podendo levar suas demandas de saúde à equipe multiprofissional.

Em alguns casos a família toda estava reunida durante a entrevista, e em outros apenas o entrevistado ou seu cuidador. Muitos estavam trabalhando fora de casa, na lavoura, no momento da chegada à residência, mas todos pararam, a fim de participar da pesquisa.

Durante o deslocamento e no momento da geração dos dados, foi possível evidenciar múltiplas vulnerabilidades. No que tange as vulnerabilidades ambientais, menciona-se a falta de tratamento de esgoto, pois a maioria das famílias possui, na melhor das hipóteses, uma fossa, também conhecida como poço negro ou sumidouro.

Outra questão que chama a atenção é a falta de coleta de lixo. Portanto, as famílias têm basicamente duas práticas: ou queimam o lixo, ou jogam-no em buracos ou valas, que são cobertos por terra após certo tempo ou quando há certa quantidade de lixo. Essas vulnerabilidades impactam no meio ambiente e na saúde das PcDs, já que a queima do lixo produz gases tóxicos que poluem o ar, e o descarte incorreto do esgoto pode poluir os lençóis freáticos, influenciando na qualidade da água e aumentando o risco de transmissão de parasitoses e outras doenças.

Outra vulnerabilidade direciona-se às distâncias geográficas, pois muitas residências não têm acesso ao transporte público, sendo que os moradores precisam se deslocar geralmente a pé até o ponto mais próximo onde o transporte passa. Na maioria dos locais em que há acesso, este é exclusivo para estudantes ou até transporta outros passageiros, mas mediante o pagamento de passagem. Para as PcDs, além de toda esta situação, a falta de acessibilidade é outro fator altamente relatado pelos entrevistados, afinal, boa parte dos veículos que transitam pelo interior sequer estão em boa qualidade de manutenção e segurança, quanto menos têm condições de acessibilidade para cadeirantes, por exemplo.

Diante disso, considera-se essa etapa da pesquisa uma importante vivência durante a formação acadêmica, pois permitiu visualizar situações difíceis da vida das PcDs, e, no momento, poder se solidarizar com a dor do outro. Surge um sentimento de impotência enquanto acadêmicas, mas também de esperança, de poder, ao tornar-se uma profissional da saúde, fazer a diferença para estas pessoas, atuando em prol delas e da solução de suas diversas demandas, principalmente de saúde.

## CONCLUSÃO

A geração dos dados em contexto rural, foi uma experiência muito proveitosa que, apesar das dificuldades enfrentadas, possibilitou uma aproximação da realidade do entrevistado e de seu contexto de vida. Reconhece-se a inserção no espaço da pesquisa fundamental durante o processo

Evento: XXVIII Seminário de Iniciação Científica

ODS: 3 - Saúde e Bem-estar

de formação, pois permite aproximação teórica e empírica, como também vivências em diversos contextos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, T. J. L.; PIRES, M. N. A.; SERVO, M. L. S. Um olhar sobre a atuação do enfermeiro na atenção às pessoas com deficiência: Revisão Integrativa. **Rev enferm UFPE on line [Internet]**, v. 7, p. 4892-4898, 2013. Acesso em 25 de junho de 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em 15 de junho de 2020.

COIMBRA JR, Carlos E. A. Saúde rural no Brasil: tema antigo mais que atual. **Revista de Saúde Pública**, v. 52, p. 2s, 2018. Acesso em 24 de junho de 2020.

DEBONI, Lidiane. O que você faz com seu lixo? Estudo sobre a destinação do lixo na zona rural de Cruz Alta/RS-Passo dos Alemães. 2010. Acesso em 14 de junho de 2020.

GONÇALVES, Helen et al. Estudo de base populacional na zona rural: metodologia e desafios. **Revista de Saúde Pública**, v. 52, p. 3s, 2018. Acesso em 05 de junho de 2020.

RÜCKERT, Bianca; CUNHA, Daisy Moreira; MODENA, Celina Maria. Saberes e práticas de cuidado em saúde da população do campo: revisão integrativa da literatura. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, 2018. Acesso em 25 de junho de 2020.

URSINE, Bárbara Lyrio; PEREIRA, Éverton Luís; CARNEIRO, Fernando Ferreira. Saúde da pessoa com deficiência que vive no campo: o que dizem os trabalhadores da Atenção Básica?. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, 2017. Acesso em 04 de junho de 2020.

VILLELA, Flávia. IBGE: 6,2% da população têm algum tipo de deficiência. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/noticias/2015/08/ibge-62-da-populacao-tem-algum-tipo-de-deficiencia>. Acesso em 06 de junho de 2020.

**Parecer CEUA: 2208566**